

Sumário

Prefácio, ix

Introdução, 1

1 TEORIA GERAL DAS INCAPACIDADES, 9

1.1 Introdução, 9

1.2 Conceitos, 10

1.2.1 Personalidade, 10

1.2.2 Capacidade, 18

1.2.2.1 Capacidade de direito ou de gozo, 18

1.2.2.2 Capacidade de fato ou de exercício, 20

1.2.2.2.1 Hipóteses de incapacidade absoluta, 22

1.2.2.2.2 Hipóteses de incapacidade relativa, 30

1.2.2.3 A questão da capacidade dos índios, 36

1.2.2.4 O fim da incapacidade: estudo da emancipação
legal e convencional, 40

1.3 Conclusão do capítulo, 47

- 2 FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DE TERCEIRO, 49
 - 2.1 Introdução, 49
 - 2.2 Culpa dos representantes: a responsabilidade subjetiva, 51
 - 2.3 Presunção de culpa dos representantes, 55
 - 2.4 Fundamento no risco: a responsabilidade objetiva, 62
 - 2.5 Outras teorias, 76
 - 2.6 Conclusão do capítulo, 79
- 3 RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ NO CÓDIGO CIVIL DE 1916, 82
 - 3.1 Introdução, 82
 - 3.2 Quanto aos incapazes, 83
 - 3.3 Quanto aos terceiros por eles responsáveis, 86
 - 3.4 Conclusão do capítulo, 94
- 4 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL, 96
 - 4.1 Introdução: fundamentos da responsabilidade civil, 96
 - 4.2 Fundamentos da responsabilidade civil do incapaz, 104
 - 4.3 Conclusão do capítulo, 116
- 5 A RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ NOS TERMOS DO ARTIGO 928 DO CÓDIGO CIVIL, 118
 - 5.1 Culpabilidade e imputabilidade: conceitos, 118
 - 5.2 A experiência no Direito estrangeiro, 124
 - 5.3 Código Civil de 2002: teoria objetiva ou subjetiva? Ficção e equidade, 133

- 5.3.1 Quando respondem os representantes, 140
 - 5.3.1.1 Obrigação do pai e da mãe: solidária ou divisível?, 140
 - 5.3.1.2 A questão da paternidade socioafetiva e a responsabilidade civil, 146
 - 5.3.1.3 Limites do valor da indenização paga pelo representante, 151
 - 5.3.2 Quando respondem diretamente os incapazes, 153
 - 5.3.2.1 Quando não houver representante legal, 154
 - 5.3.2.2 Quando o adolescente praticar ato infracional com reflexo patrimonial, 156
 - 5.3.2.3 Quando os representantes não tiverem obrigação de fazê-lo, 158
 - 5.3.2.3.1 Dano causado pelo pródigo, 159
 - 5.3.2.3.2 Filho menor que não está sob autoridade e na companhia dos pais, 162
 - 5.3.2.3.3 Emancipação do menor, 171
 - 5.3.2.3.4 Força maior ou caso fortuito que rompem com a responsabilidade objetiva do artigo 933, 177
 - 5.3.3 Quando não dispuserem de meios para indenizar, 186
 - 5.3.4 A redução de indenização de acordo com os graus de culpa (CC, arts. 928, 944 e 945), 192
 - 5.3.5 Quando não respondem nem os representantes nem o incapaz, 197
 - 5.4 Conclusão do capítulo, 199
- 6 A ANTINOMIA ENTRE OS ARTIGOS 928 E 942 DO CÓDIGO CIVIL, 203
- 6.1 Conflitos de normas no tempo: antinomia e sua classificação, 203
 - 6.2 Solidariedade ou subsidiariedade, 209

- 6.2.1 Solidariedade e indivisibilidade, 210
- 6.2.2 Subsidiariedade e primariedade, 215
- 6.3 Solução da antinomia: critério da especialidade.
Em busca da operabilidade dos dispositivos
antinômicos, 218
- 6.4 Demais soluções possíveis à antinomia, 221
- 6.5 Solução projetada da antinomia, 224
- 6.6 Conclusão do capítulo, 227

7 QUESTÕES PROCESSUAIS, 229

- 7.1 Introdução, 229
- 7.2 Participação de curador especial e do Ministério
Público, 231
- 7.3 Litisconsórcio passivo, facultativo simples e alternativo
eventual, 236
- 7.4 Conclusão do capítulo, 246

Conclusão, 249

Referências, 253